



www.audiplacauditoria.com

Fortaleza, 02 de abril de 2025.

À
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC
Fortaleza - Ceará

Senhores Conselheiros e Diretores,

Estamos apresentando à V.Sas. o Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao 4º trimestre de 2024, desta Companhia.

A Auditoria foi realizada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e Legislação Vigente.

O relatório abrange os principais aspectos dos registros contábeis, referente ao 4º trimestre de 2024, dos controles internos e legislação aplicável à atividade. As recomendações, porventura propostas, têm por objetivo colaborar no aperfeiçoamento das práticas contábeis e dos controles internos.

Atenciosamente,

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9



www.audiplacauditoria.com

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS ENCERRADOS EM 31.12.2024:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do valor Adicionado
- Notas Explicativas
- Relatório Circunstanciado
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		<u>70.587</u>	<u>63.940</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 4	<u>62.552</u>	<u>49.528</u>
Caixa e Bancos		-	371
Aplicações de Liquidez Imediata		62.552	49.157
CONTAS A RECEBER		<u>6.196</u>	<u>11.791</u>
Clientes	Nota 5	5.557	11.036
Servidores a Disposição		26	22
Adiantamentos a Empregados	Nota 6	465	392
Adiantamentos a Empresas	Nota 7	148	341
TRIBUTOS A RECUPERAR	Nota 8	1.658	2.417
ESTOQUES		73	91
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		108	113
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>387.397</u>	<u>378.877</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 9	<u>135.211</u>	<u>117.417</u>
Depósitos e Cauções Judiciais	Nota 9 a	941	888
Clientes	Nota 9 b	675	1.382
Créditos a Receber	Nota 9 c	133.595	115.147
INVESTIMENTOS	Nota 10	<u>4</u>	<u>29</u>
IMOBILIZADO	Nota 11	<u>252.012</u>	<u>261.078</u>
INTANGÍVEL	Nota 12	<u>170</u>	<u>353</u>
ATIVO COMPENSADO			
Convênio CVT	Nota 25	<u>1.237</u>	<u>1.237</u>
TOTAL		<u>459.221</u>	<u>444.054</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		<u>23.481</u>	<u>23.569</u>
Fornecedores	Nota 13	2.477	1.869
Obrigações Trabalhistas	Nota 14	3.271	3.973
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 15	2.022	1.967
PORTUS - RTSA	Nota 16	729	630
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	Nota 17 a	2.008	1.829
Provisões	Nota 18	2.203	2.082
Credores Diversos	Nota 19	5.243	4.882
Dividendos a Pagar	Nota 24f	4.469	5.667
Depósitos Contribuições e Consignações		517	267
Convênios	Nota 20	14	14
Ações Judiciais	Nota 21	484	345
Receitas Diferidas	Nota 22 a	44	44
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>58.198</u>	<u>62.759</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>58.198</u>	<u>62.759</u>
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 15 a	11.521	9.865
PORTUS - RTSA	Nota 16	509	1.055
Créditos para futuro aumento de capital	Nota 23	5.829	5.257
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	Nota 17 a	23.930	24.728
PORTUS - Passivo Atuarial	Nota 17 b	7.176	12.577
Receitas Diferidas	Nota 22 b	9.233	9.277
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>376.305</u>	<u>356.489</u>
Capital Social	Nota 24 a	334.151	334.151
Créditos para aumento de capital	Nota 23	6.411	6.411
Ajuste O.R.A. - Portus	Nota 24 d	995	(4.258)
Reserva de Lucros	Nota 24 b	34.748	20.185
PASSIVO COMPENSADO		<u>1.237</u>	<u>1.237</u>
Convênio CVT	Nota 25	1.237	1.237
TOTAL		<u>459.221</u>	<u>444.054</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

		PERÍODOS DE PERÍODOS DE		ACUMULADO ACUMULADO	
		01/out/24	01/out/23	01/jan/24	01/jan/23
		A	A	A	A
		31/dez/24	31/dez/23	31/dez/24	31/dez/23
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota 26	<u>19.209</u>	<u>21.765</u>	<u>87.335</u>	<u>89.785</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS	Nota 27	<u>(12.067)</u>	<u>(12.331)</u>	<u>(43.894)</u>	<u>(44.518)</u>
LUCRO BRUTO		<u>7.142</u>	<u>9.434</u>	<u>43.441</u>	<u>45.267</u>
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(2.638)</u>	<u>(11.562)</u>	<u>-29.649</u>	<u>-22.232</u>
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 28	<u>(11.801)</u>	<u>(9.935)</u>	<u>(40.783)</u>	<u>(42.245)</u>
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 29	<u>9.163</u>	<u>-1.627</u>	<u>11.134</u>	<u>20.013</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>4.504</u>	<u>(2.128)</u>	<u>13.792</u>	<u>23.035</u>
Receitas Financeiras	Nota 30 a	1.417	2.083	6.020	7.130
Despesas Financeiras	Nota 30 b	(1.072)	(1.220)	(4.488)	(4.563)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>4.849</u>	<u>(1.265)</u>	<u>15.324</u>	<u>25.602</u>
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA E CSLL		<u>(755)</u>	<u>(642)</u>	<u>(934)</u>	<u>11.017</u>
Impostos Diferidos	Nota 31	(621)	-	(800)	(1.535)
Reversão IRPJ Diferido (Declarado Imune conf. Pro)	Nota 31	-	-	-	13.194
CSLL Corrente	Nota 31	(134)	(642)	(134)	(642)
LUCRO OU(PREJUÍZO)LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota 24 e	<u>4.094</u>	<u>(1.907)</u>	<u>14.390</u>	<u>36.619</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2024

(Em milhares de reais)

	01/out/24 a 31/dez/24	01/jan/23 a 31/dez/23
(=) LUCRO DO PERÍODO	<u>4.094</u>	<u>36.619</u>
(+ou -) Outros Resultados Abrangentes	<u>3.096</u>	<u>3.765</u>
Ajuste de Avaliação Patrimonial Portus - Atuarial	1.858	(1.246)
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.238	5.011
(=) RESULTADO ABRANGENTE GERAL	<u>7.190</u>	<u>40.384</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Antônio Erinaldo Freire Malveira
 Contador
 CRC CE-014871/O-2



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		CRÉD. P/ FUTURO AUMENTO CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO	LUCRO(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL GERAL
	GOVERNO FEDERAL	OUTROS		LEGAL	RETENÇÃO	ESPECIAL			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	333.984	167	6.411	1.193	1.991	17.001	(4.258)	798	366.489
Lucro do 1º Trimestre de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap	-	-	-	-	-	-	1.833	-	1.833
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Obrigatórios Nota 24.f	-	-	-	-	52	-	-	52	52
Reservas de Lucros - Nota 24.b	-	-	-	-	-	-	-	1.052	1.052
Ajustes de Exercícios Anteriores Nota 24.c	-	-	-	-	-	-	(2.425)	1.850	360.224
Saldos em 31 de Março de 2024	333.984	167	6.411	1.193	2.043	17.001	(2.425)	(145)	(145)
Prejuízo do 2º Trimestre de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap	-	-	-	-	-	-	1.448	-	1.448
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Obrigatórios Nota 24.f	-	-	-	-	52	-	-	52	52
Reservas de Lucros - Nota 24.b2	-	-	-	-	-	-	-	1.063	1.063
Ajustes de Exercícios Anteriores Nota 24.c	-	-	-	-	-	-	(977)	2.768	362.642
Saldos em 30 de Junho de 2024	333.984	167	6.411	1.193	2.095	17.001	(977)	9.643	9.643
Lucro do 3º Trimestre de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap	-	-	-	-	-	-	114	-	114
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros - Nota 24.b2	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Ajustes de Exercícios Anteriores Nota 24.c	-	-	-	-	-	-	-	1.072	1.072
Saldos em 30 de Setembro de 2024	333.984	167	6.411	1.193	2.168	17.001	(863)	13.483	373.544
Lucro do 4º Trimestre de 2024	-	-	-	-	-	-	-	4.094	4.094
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap	-	-	-	-	-	-	1.858	-	1.858
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24.d	-	-	-	-	-	-	-	(4.469)	(4.469)
Dividendos Obrigatórios Nota 24.f	-	-	-	-	40	-	-	40	40
Reservas de Lucros - Nota 24.b	-	-	-	941	13.406	-	-	1.238	1.238
Ajustes de Exercícios Anteriores Nota 24.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	333.984	167	6.411	2.134	2.208	17.001	995	-	376.306

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2023
(Em milhares de reais)

	PERÍODO 01/out/24 A 31/dez/24	PERÍODO 01/out/23 A 31/dez/23	ACUMULADO 01/jan/24 A 31/dez/24	ACUMULADO 01/jan/23 A 31/dez/23
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.811)	(2.054)	9.033	11.068
Resultado do Exercício	4.094	(1.907)	14.390	36.619
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa	<u>3.739</u>	<u>3.825</u>	<u>15.178</u>	<u>15.110</u>
(+) Depreciação/Amortizações	4.135	4.211	16.742	16.679
(-) Ajuste de Depreciação (RTT)	(396)	(386)	(1.564)	(1.569)
(+/-) Baixas Depreciação Bens Leilão	-	-	-	-
(+/-) Outras mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-
	<u>2.410</u>	<u>(1.910)</u>	<u>6.377</u>	<u>(4.515)</u>
(+/-) Aumento/Redução do Ativo Circulante				
Clientes	2.420	(1.119)	4.857	(3.488)
Servidores a disposição	(5)	(2)	(4)	(2)
Adiantamentos a Empregados	162	176	(73)	127
Adiantamentos a Empresas	193	-	193	-
Impostos a Recuperar	(485)	(120)	759	(510)
Estoques	(5)	(9)	18	(41)
Despesas Antecipadas	130	180	5	19
(-) Provisão para perdas com Clientes	-	(1.016)	622	(620)
	<u>(12.779)</u>	<u>(781)</u>	<u>(22.355)</u>	<u>(38.815)</u>
(+/-) Aumento/Redução dos Ativos e Passivos de Longo Prazo				
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	-	(53)	32
Clientes	-	75	707	75
Créditos a Receber	(11.676)	-	(18.448)	(28.736)
Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	1.163	-	1.656	(10.082)
PORTUS - IRTS	(185)	(175)	(546)	(556)
Créditos para Futuro Aumento de Capital	152	145	572	604
Portus Termo de Compromisso	(160)	(265)	(798)	(853)
Provisão Portus	(2.062)	(647)	(5.401)	645
Receita diferida	(11)	86	(44)	56
	<u>(275)</u>	<u>(1.281)</u>	<u>-4.557</u>	<u>2.669</u>
(+/-) Aumento/Redução do Passivo Circulante				
Fornecedores	87	95	608	1.471
Obrigações Trabalhistas	(788)	230	-702	1.293
Credores Diversos	521	142	361	(47)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	487	(1.348)	55	110
Depósitos Contribuições e Consignações	257	12	250	(179)
Provisões	(890)	(452)	220	(122)
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	51	35	179	147
Convênios	-	-	-	-
Ações Judiciais	-	1	139	(8)
Receitas Diferidas	-	4	-	4
Dividendos	-	-	5.667	-



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(3.014)</u>	<u>(2.236)</u>	<u>(5.904)</u>	<u>(4.979)</u>
Aumento/Redução nos Investimentos	-	-	25	(2)
Aplicações no Imobilizado	(3.014)	(2.236)	(5.929)	(4.742)
Alienação de Imobilizado	-	-	-	-
Baixas no Imobilizado	-	-	-	-
Aplicações no Intangível	-	-	-	(235)
Baixas do Intangível	-	-	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>3.136</u>	<u>1.882</u>	<u>9.895</u>	<u>3.994</u>
Créditos para Aumento de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	-	-	-
Reserva Especial	39	54	217	230
(+/-) Ajustes de ORA - Portus	1.859	774	5.253	5.010
(-) Provisão Déficit Plano de Pensão - Portus	1.238	1.054	4.425	(1.246)
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>-2.689</u>	<u>-2.408</u>	<u>13.024</u>	<u>10.083</u>
Saldo no Início do Período	65.241	51.936	49.528	39.445
Saldo no Final do Período	62.552	49.528	62.552	49.528
Variação do Período	<u>-2.689</u>	<u>-2.408</u>	<u>13.024</u>	<u>10.083</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2023
(Em milhares de reais)

	PERÍODO	PERÍODO	ACUMULADO	ACUMULADO
	01/out/24	01/out/23	01/jan/24	01/jan/23
	A	A	A	A
	31/dez/24	31/dez/23	31/dez/24	31/dez/23
RECEITAS	32.655	25.104	115.509	129.106
Vendas de Serviços	19.050	20.178	82.703	86.486
Arrendamentos operacionais	4.862	4.055	18.205	14.143
Reversão (perdas) de créditos esperados	-	-	-	961
Ganhos (perdas) em alienação de ativos imobilizados	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	11.412	991	18.914	28.812
(-) Cancelamento de Serviços	(2.669)	(120)	(4.313)	(1.296)
(-) Créditos PIS/COFINS (Depreciação/Amortização)	-	-	-	-
	(12.288)	(13.634)	(45.899)	(52.236)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materias	108	144	273	515
Água	720	292	1.692	1.030
Energia Elétrica	1.618	2.297	6.111	6.323
Serviços de Terceiros	7.507	7.295	28.546	26.285
Despesas Atuariais	926	950	3.658	3.704
Outros Custos	1.409	2.656	5.619	14.379
VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO	20.367	11.470	69.610	76.870
Depreciação e Amortização	(3.903)	(3.976)	(15.806)	(15.739)
(-) Ajuste RTT	395	386	1.564	1.569
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	16.859	7.880	55.368	62.700
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.417	2.083	6.020	7.130
Receitas Financeiras	1.417	2.083	6.020	7.130
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	18.276	9.963	61.388	69.830
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	18.276	9.963	61.388	69.830
PESSOAL	9.556	6.886	29.907	25.339
Remuneração Direta	4.956	4.304	16.912	15.268
Benefícios	2.311	593	5.206	3.045
Previdência Social	1.419	1.228	4.877	4.493
FGTS	416	366	1.425	1.293
Honorários da Diretoria	454	395	1.487	1.240
TRIBUTOS	3.330	2.990	11.050	107
Federais	2.167	2.972	9.394	10.189
PIS/COFINS e CSLL Diferidos	1.163	-	1.656	3.112
Reversão IRPJ Diferido (Imunidade)	-	-	-	(13.194)
Municipais	-	18	-	-
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	1.296	1.994	6.041	7.765
Despesas Financeiras	1.072	1.220	4.487	4.563
Aluguéis	224	774	1.554	3.202
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	4.094	(1.907)	14.390	36.619
Lucro Retidos	4.094	(1.907)	14.390	36.619

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,95%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em graneis sólidos (grãos, cereais, etc.), graneis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e containerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e graneis líquidos que são distribuídos por todo o estado.

A Companhia Docas do Ceará, não mantém, quaisquer obrigações ou responsabilidades assumidas, por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, de acordo com a informação da Coordenadoria de Planejamento (CODPLA) através do Comunicado nº 8/2025/CODPLA-CDC/DIRPRE-CDC de 16 de janeiro de 2025.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em seguida, alguns indicadores do 4º trimestre de 2024, comparados com os indicadores do 4º trimestre de 2023.

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO % 2023/2022
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,038	0,101	-62,38%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	44,86	34,09	31,59%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/<30%	33,63	36,40	-7,61%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	3,01	3,57	-15,69%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	2,52	2,25	12,00%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	%/>30%	28,75	22,19	29,56%

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

No 3º trimestre de 2024, divulgamos a receita de aluguéis e arrendamentos, como receita operacional, padronizando a informação conforme alinhamento às demais companhias docas do Brasil.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Com base nos relatórios emitidos pelo setor de cobrança da Coordenadoria Financeira, utilizando os parâmetros da Lei 9.430/96 (at.9º) e Lei 13.097/2015, não houve alteração da provisão de perdas estimadas no 4º trim/2024. **Vide Nota Explicativa 5.**

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Em 05/2024, foi resgatado as ações referente ao processo nº 0809744-56.4.05.8100 do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento, no valor de R\$ 19 (mil), com perda de R\$ 7 (mil) devido desvalorização das ações. O saldo de R\$ 4 (mil), referentes as ações do Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste, com base no valor de mercado da cota. Não houve alteração no 4º trim/2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

f) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – redução ao valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve realizar anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.

g) Intangível

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a. e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

h) Passivos

Reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou quando constituída como resultado de um evento passado.

i) Benefícios a empregados

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se das taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes, no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

j) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2024	31/12/2023
Caixa/Bancos	0	371
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	62.552	49.157
Total	62.552	49.528

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 31/12/2024, R\$ 4.718 (mil) são recursos provenientes da União, registrados no Banco do Brasil- agência 08-6- c/c 26.003-7 (Conta corrente e Aplicação) e R\$ 10.650 (mil) são destinados para execução de obras de melhorias na área do Porto Organizado (MUC 01), conforme definido no contrato de arrendamento TERGRAN.

5. CLIENTES

CLIENTES	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber de Usuários	7.222	12.079
Engemon	32	32
Amarena Apoio Portuário, Turismo e Reparos	0	0
JP Consultoria e Serviços Portuários EIRELI	0	0
BM Fortaleza Reparos de Containers Ltda	0	0
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-1.697	-1.075
Total	5.557	11.036

No que se refere aos Clientes, houve decréscimo no Contas a Receber de usuários no valor R\$ 4.857 (mil), em relação ao ano anterior, devido redução de inadimplência e a cobrança extra de consumo de energia elétrica do cliente CMA-CGM, faturado em 2023, no valor de R\$ 2.924 (mil), recebida em janeiro de 2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

No 4º trimestre de 2024, não houve provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa.

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de Salários	31	29
Empréstimos de Férias	117	112
Adiantamentos de Férias	270	196
Adiantamentos de 13º Salário	47	40
Adto Gratificação Natalina-Diretores	0	15
Total	465	392

7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS

ADIANTAMENTOS A EMPRESAS	31/12/2024	31/12/2023
AD – Somos Capital Humano Serv. Locação	0	82
AD – WN Serviços de vigilância Armada	0	259
AD – CRIART Serviços de Terceirização Ltda	148	0
Total	148	341

Em 31 de dezembro de 2024, transferimos os valores das empresas Somos Capital Humano e WN Serviços, para adiantamento de empresas no grupo realizável a longo prazo. (Vide nota 9 c.2)

No 4º trimestre de 2024, a Companhia Docas efetuou os pagamentos da empresa CRIART diretamente aos funcionários e abatendo da conta quando da emissão das notas fiscais de prestação de serviços.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por meio de ressarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários decorrentes de IR sobre aplicações financeiras, resgates de depósitos judiciais, retenções s/ serviços prestados e recolhimentos por estimativa da contribuição social. No encerramento do exercício 2024, os valores retidos foram transferidos para contas de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Segue a discriminação:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

TRIBUTOS A RECUPERAR	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ Saldo Negativo Exerc. 2024 ano 2023	0	2.331
CSLL Saldo Negativo Exerc. 2024 ano 2023	0	86
IRPJ Saldo Negativo Exerc. 2025 ano 2024	1.235	0
CSLL Saldo Negativo Exerc. 2025 ano 2024	422	0
DARF indevido ou a maior	1	0
Total	1.658	2.417

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) **Depósitos Judiciais**

DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas Recursais	635	568
Depósitos Consignações	306	320
Total	941	888

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, de Reclamações Trabalhistas e da União Federal contra Companhia Docas do Ceará e depósitos consignados. No 4º trim/2024, não houve alteração.

b) **Clientes**

CLIENTES - LONGO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Processo N.0822859-81.2019.4.05.8100 -IPEM	0	707
Tergran (Arrendamento Leilão Muc)	600	600
ABA Infraestrutura (Arrendamento Leilão TMP)	75	75
Total	675	1.382

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundo de processos licitatórios, de áreas dentro do porto organizado com as empresas TERGRAN e ABA Infraestrutura. Em 24/05/2024 recebemos o valor de R\$ 707 (mil), referente ao Processo N.0822859-81.2019.4.05.8100 –IPEM.

c) **Créditos a receber**



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

c.1) Créditos a Receber

CRÉDITOS A RECEBER	31/12/2024	31/12/2023
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	9.517	6.370
Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100	90.620	86.995
Processo Nº 0189190-44.2017.8.06.0001	21.782	21.782
Processo Nº.0000972-34.2018.8.06.0086	11.335	0
Total	133.254	115.147

No 3º trimestre de 2024, efetuamos a atualização do Processo nº 08120.93-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 3.625 e atualização do Processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001, atualizado pela Contadoria do Fórum, pelo índice correção SELIC, no valor de R\$ 3.147 (mil).

No 4º trimestre de 2024, registramos o valor de R\$ 11.335 (mil) decorrente do Processo nº 0000972-34.2018.8.06.0086, que já se encontra em grau de "Cumprimento de Sentença", ou seja, já calcado em Decisão Judicial transitada em julgado, dotada de certeza, liquidez e exigibilidade suficiente a fundamentar a sua "provável chance de êxito".

O valor buscado decorre de duas execuções de título extrajudicial (processos nº. 0805667-04.2020.4.05.8100 e 0810544-84.2020.4.05.8100).

c.2) Adiantamento a Empresas

ADTO A EMPRESAS L.PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Adto Somo Capital Humano Serv.Locação	82	0
Adto WN Serviço de Vigilância Armada	259	0
Total	341	0

Informamos que referente a empresa Somos Capital Humano Serv. Locação, já em Processo Judicial nº.0812121-63.2021.4.05.8100, com prognóstico "2-Possível", e referente a WN Serviços de Vigilância Armada e cobrado por meio do processo de execução autuado sob nº. 0808833-05.2024.4.05.8100S, em trâmite na 7ª Vara Federal., transferido do curto prazo. (Vide nota 7)

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

8



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

INVESTIMENTOS	31/12/2024	31/12/2023
BNDES	4	4
FINOR - Banco do Nordeste	0	25
Total	4	29

Em 29/05/2024, foi realizado o resgate das cotas do FINOR, com um prejuízo de R\$ 7 (mil). Trata-se do Processo nº 0809744-56.2020.4.05.8100, em que a Cia. buscou o retorno de dinheiro relativo às ações do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

11. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:

IMOBILIZADO	31/12/2024	31/12/2023
Bens Móveis	17.541	17.308
Bens Imóveis	155.518	152.237
Imobilizado em Andamento	4.656	2.242
Imobilizado TMP	238.836	238.836
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio Monitoramento	0	0
Redução ao Valor Recuperável	-12	-12
Depreciação Acumulada	-166.014	-151.020
Total	252.012	261.078

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil, sendo que os eventuais efeitos advindos da utilização dessas taxas foram registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:

BENS IMOBILIZADO	Taxa de Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada- Anos
Edificações	4%	25
Máquinas, Móveis, aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

9



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 10 de janeiro de 2025, conforme comunicado nº 19/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC, informa que o processo para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de elaboração de laudo de avaliação e teste de recuperabilidade de ativos nº 50900.000764/2024-13, encontra-se em tramite na Coordenadoria Jurídica –CDC, para autorização de abertura de licitação.

Em 31 de janeiro de 2024 conforme Portaria nº 16/2025, por determinação do Diretor Presidente da Companhia Docas do Ceará, foi constituída uma comissão para verificar a existência de indicativos para a necessidade de realização do Teste de *Impairment* no exercício 2024.

Em 12 de fevereiro de 2025, após considerar as evidências externas e internas verificadas no âmbito da Companhia Docas do Ceará, bem como uma recente avaliação externa de ativos referente ao exercício de 2022, pela empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda.-EPP, na qual relatou não haver previsibilidade de qualquer ajuste contábil (*Impairment Test*), a comissão se manifestou pela não realização do Teste de *Impairment* nos ativos imobilizado e intangível, no que se refere ao exercício de 2024.

No 4º trimestre de 2024, destaca-se as seguintes movimentações:

- Aquisição de Central de Ar Condicionado no valor total de R\$ 41 (mil);
- Aquisição de Imobilizados em andamento – no valor total de R\$ 2.973 (mil), sendo no Reparo do Pier no valor de R\$ 170 (mil); Estudo de Manobralidade no valor de R\$ 313 (mil); Obra de Requalificação no valor de R\$ 1.260 (mil); construção de novo elevador no valor de R\$ 300 (mil); instalação de serviço refrigeração no valor R\$ 225 (mil); Elaboração plano de descarbonização no valor de R\$ 321 (mil) e Adequação da câmara frigorífico no valor de R\$ 384 (mil), demonstrado no quadro de movimentações do Imobilizado, a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES								
Descrição	Custo de Aquisição 30/09/2024	Adições	Baixas	Baixa Deprec. Bens Lelão	Depreciação 4º Trim/2024	Depreciação Acumulada	Provisão de Perda ao Valor Recuperável	IMOBILIZADO LÍQUIDO 31/12/2024
Edificações	14.306	0	0	0	-109	-8.899	0	5.298
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-194	-4.563	0	19.267
Cais e Anexos Fixos	67.130	0	0	0	-583	-43.846	0	22.701
Móveis e Utensílios	771	0	0	0	-5	-627	0	139
Máquinas e equip. Equip. de Informática	9.768	0	0	0	-244	-7.628	0	1.896
Veículos	1.784	0	0	0	-43	-1.107	0	634
Pier Petrolero	145	0	0	0	0	-145	0	0
Moderno Sistema de Gravação de CFTV	13.916	0	0	0	-117	-7.754	0	6.045
Sistema de Gravação OCR	1.740	0	0	0	-33	-1.400	0	307
Instalações de prod. Distrib. Energia elétrica	590	0	0	0	0	-590	0	0
Imobilizado TMP	16.815	0	0	0	-182	-13.301	0	3.332
Imob.em andam. Redução ao Valor Recuperável (-) Depreciação fiscal	238.836	0	0	0	-2.485	-77.812	0	158.539
Outras imobilizações	1.683	2.973	0	0	0	0	0	4.656
	-12	0	0	0	0	0	0	-12
	0	0	0	0	395	12.711	0	13.106
	23.517	41	0	0	-119	-7.335	0	16.104
Total	415.013	3.014	0	0	-3.719	-162.296	0	252.012

Quanto a depreciação, no 4º trimestre de 2024, resultou em R\$ 3.719 (mil), sendo R\$ 4.114 (mil) de despesas de depreciação e R\$ 395 (mil) de ajuste devedor da depreciação (RTT).

12. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a. e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no 4º trimestre de 2024, foi R\$ 23 (mil).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

INTANGÍVEL	31/12/2024	31/12/2023
Intangível	8.045	8.045
Amortização	-7.874	-7.691
Redução ao Valor Recuperável	-1	-1
Total	170	353

13. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC.

FORNECEDORES	31/12/2024	31/12/2023
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	2.477	1.869
Total	2.477	1.869

No 4º trimestre de 2024, evidenciam-se como saldos mais relevantes os de R\$ 272 (mil) Cagece, R\$ 881 (mil) Normatel Engenharia, Nuctech R\$ 653 (mil), Interfort Segurança R\$ 266 (mil) e R\$ 130 (mil) Hapvida, cujo os pagamentos serão realizados nos meses subsequentes.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	51	64
Rescisões a pagar	0	0
Reclamações Trabalhistas	3.220	3.909
Total	3.271	3.973

Os valores de salários a pagar, competência de dezembro/2024, serão pagos no mês subsequente. O saldo de R\$ 3.220 (mil), refere-se ao passivo contingente de natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. (Vide Nota Explicativa 21.c).

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, em dezembro de 2024, e que apresentaram os seguintes valores:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2024	31/12/2023
INSS a Recolher	520	434
FGTS a Recolher	194	105
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	290	510
PIS a Recolher	62	109
ISS Retido na Fonte	113	77
Impostos a Recolher - INSRF 480/04	594	488
PORTUS Patronal	0	37
INSS Retido S/Serviços Tomados	249	143
PORTUS- RTSA	0	630
PORTUS Contribuição Extraordinária	0	64
PORTUS Termo de Compromissos	0	1.829
Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal- PRLF	0	0
Total	2.022	4.426

15.a. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS

No 4º trimestre de 2024, efetuamos a atualização do Processo nº 08120.93-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 3.625 e atualização do Processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001, atualizado pela Contadoria do Fórum, pelo índice correção SELIC, no valor de R\$ 3.147 (mil) e No 4º trimestre de 2024, registramos o valor de R\$ 11.335 (mil) decorrente do Processo nº 0000972-34.2018.8.06.0086, que já se encontra em grau de "Cumprimento de Sentença", ou seja, já calcado em Decisão Judicial transitada em julgado, dotada de certeza, liquidez e exigibilidade suficiente a fundamentar a sua "provável chance de êxito", consequentemente contabilizamos os impostos diferidos.

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS	31/12/2024	31/12/2023
CSLL Diferido	7.085	6.285
PIS Diferido	640	519
COFINS Diferido	3.796	3.061
Total	11.521	9.865



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16. PORTUS - RTSA

CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Portus - IRTS	630	630
Portus Patronal	36	0
Portus Contribuição Extraordinária	63	0
Total	729	630

LONGO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Portus - IRTS	509	1.055
TOTAL	509	1.055

A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos, os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a.a. mais INPC e sem existência de garantia.

17. PORTUS PASSIVO ATUARIAL

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdência própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e auto patrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

17.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Na melhor forma do direito, as partes celebraram Termo de Compromisso Financeiro, o qual foi pautado na metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. A CDC assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 24.670 (mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos por esta ao PBP1, a título de



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, sendo esse valor quitado de forma parcelada, segundo critérios adotados no próprio termo.

Entretanto, o referido Termo de Compromisso Financeiro, foi assinado, somente em junho/2020, ocasião em que o valor atualizado alcançou o montante de R\$ 25.347(mil) que, conforme estabelecido no próprio termo, deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema *Price* de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor.

Destaca-se que, o valor devido não inclui a contrapartida da contribuição extraordinária estabelecida no Plano de Custeio, que respeita a proporção contributiva.

O saldo devedor, em dezembro/2024, encontra-se evidenciado a seguir:

CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	2.008	1.829
LONGO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	23.930	24.728
TOTAL	25.938	26.557

47.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Para o 4º. trimestre de 2024, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, linha E5, apresentou déficit atuarial no valor de R\$ 33.114 (mil), sendo reconhecido um passivo atuarial adicional no valor de R\$ 7.176 (mil), conforme linha E7, abaixo discriminado:

BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	31/12/2024	31/12/2023
PORTUS – Termo de Compromisso	2.008	1.829
PORTUS – Termo de Compromisso - LP	23.930	24.728
PORTUS – Passivo Atuarial	7.176	12.577
TOTAL	33.114	39.134



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira	31/12/2024	30/09/2024
1. Obrigação de benefício definido	-31.615.639	-33.761.419
2. Valor justo dos ativos do plano	-1.498.544	-1.523.335
3. (Passivo) / Ativo líquido inicial	-33.114.183	-35.284.755
4. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	0	0
5. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	-33.114.183	-35.284.755
6. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	25.937.838	26.046.025
7. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido	-7.176.345	-9.238.729

17.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS

O valor justo dos ativos do plano no período está demonstrado a seguir:

B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2024	30/09/2024
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	-	-
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.523.335	1.722.234
3. Fluxos de caixa	-	-
a. Contribuições totais do empregador		
(i) Contribuições do empregador	57.370	62.939
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador		
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador		
b. Contribuições do participante	1.238.449	1.072.639
	265.445	264.261

17.d) PREMISSAS ATUARIAIS

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(valores expressos em milhares de reais)

I. Premissas atuariais significativas	31/12/2024	30/09/2024
<i>Hipóteses para determinação do obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto	11,30%	10,30%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos benefícios	-3,50%	-3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Rotatividade	N/A	N/A
Mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss
Entrada em aposentadoria	N/A	N/A
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Duration (em anos)		7,57
Entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Hunter
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

H. Segregação da obrigação de benefício definido	31/12/2024	30/09/2024
1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante		
a. Ativos	4	4
b. Assistidos em gozo de benefício	212	218
Aposentados	117	123
Pensionistas	95	95
c. Total	216	222



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

K. Análise de sensibilidade	31/12/2024	30/09/2024
<i>Valor presente da obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto - 25 pontos base	32.059.033	34.264.464
Taxa de desconto + 25 pontos base	31.071.126	33.292.136
<i>% de impacto na obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto - 25 pontos base	1,40%	1,31%
Taxa de desconto + 25 pontos base	-1,72%	-1,56%
<i>Alteração na tábua de mortalidade</i>		
Agravada em 10%	31.130.732	33.221.237
Desagravada em 10%	32.504.800	34.375.877
<i>% do impacto da tábua de mortalidade</i>		
Agravada em 10%	-1,53%	-1,77%
Desagravada em 10%	2,81%	1,64%

18. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31 de dezembro de 2024.

PROVISÕES	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Férias	1.636	1.546
Provisão de Encargos Férias	567	536
Provisão 13º Salário	0	0
Provisão de Encargos 13º Salário	0	0
TOTAL	2.203	2.082

19. CREDORES DIVERSOS

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

CREDORES DIVERSOS	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Cauccionados	281	283
Credores Diversos Nota 19.a)	2.135	1.772
Credores Diversos - IPTU Nota 19.b)	1.653	1.653
Credores Diversos - Aforamento	1.174	1.174
TOTAL	5.243	4.882

a) Créditos diversos

Do montante de R\$ 2.135 (mil), provenientes de valores recebidos de pagamentos a maior ou indevido de clientes, para posterior acerto de contas, por meio de notas de créditos, ressalta-se que, R\$ 224 (mil), refere-se a depósitos não identificados creditados em conta corrente no período.

b) Credores Diversos - IPTU

O valor de R\$ 1.653 (mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto de lide jurídica (processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001) junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. (Vide nota explicativa 9 c).

Em dezembro de 2021, iniciou-se o processo de devolução dos valores recebidos a título de ressarcimento de IPTU dos arrendatários, face à procedência da referida ação, ainda em negociação.

20. CONVÊNIOS

CONVÊNIOS	31/12/2024	31/12/2023
CVT Portuário	14	14
TOTAL	14	14

O Convênio CVT Portuário, teve a prestação de contas aprovada e concluída no SIAFI. Quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos no Convênio, por meio da manifestação constante no Despacho nº 348/2022/DGMP/SNPTA, de 04 de outubro de 2022, emitido pelo Departamento de Gestão e Modernização Portuária (DGMP), Processo SEI nº. 50900.000751/2022-74, este assim se manifestou:

- a) Quanto à regularização da edificação, uma vez que foi realizada em imóvel da União, a orientação já apresentada pela CGGI no Despacho nº 63/2022/CGPI-SNPTA/CGGI-SNPTA/DGMP/SNPTA e discutida junto à CDC (s.m.j), é medida suficiente e adequada à solução pretendida;



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

- b) Quanto aos bens móveis, foi sugerido o levantamento do inventário, a incorporação ao acervo patrimonial deste Ministério e, por fim, que seja promovida comissão para avaliação e desfazimento dos bens. Nesta última etapa, poderá ser sugerida a destinação mais adequada, conforma a legislação pertinente.

O processo foi encaminhado para COADMI da CDC, em 25/10/2022, através do Despacho DIAFIN-CDC, para conhecimento e providências.

Conforme comunicado nº 12/2024/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC de 09/01/2024, quanto a regularização da Edificação, o processo está tramitando na Superintendência de Obras Públicas-SOP, nº NUP 10061.033230/2023-99.

21. AÇÕES JUDICIAIS

No 4º trimestre de 2024, as ações judiciais não sofreram alterações em relação ao 3º trimestre de 2024. As ações cíveis estaduais foram transferidas para esfera Federal, e, as ações federais apresentaram um aumento de 58,47%, conforme abaixo e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Ações Cíveis (Estaduais) Vide 22.a)	-	62
Ações Federais Vide 22.b)	484	283
Ações Tributárias Vide 22.b)	-	0
TOTAL	484	345

Destaca-se, que, os saldos refletem a posição de 31/12/2024, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 4º trimestre de 2024. Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 - POSSÍVEL, 3 - REMOTA). Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c)**.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

- a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)

Trata-se as ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de dezembro de 2024. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	16	1	45.412
	7	2	473
	5	3	37
TOTAL GERAL	28		45.922

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	0	1	0
	1	2	47
	5	3	8.741
TOTAL GERAL	6		8.788

Do montante de ações estaduais, em que a CDC figura no polo ativo, consta o processo nº 0189190-44.2017.8.06.0001, no valor de R\$ 21.782 (mil), e processo nº 0000972-34.2018.8.06.0086, no valor de R\$ 11.335 (mil) em que foram deferidos um despacho favorável intimando a parte executada para pagar voluntariamente a dívida, cujo prognóstico é provável de êxito, no qual foi efetuado contabilização do ativo contingente (vide nota 9c).

b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Trata-se as ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figura como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de dezembro de 2024, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas por Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	55	1	112.997
	35	2	4.069
	30	3	1.247
TOTAL GERAL	120		118.313

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	8	1	484
	17	2	20.987
	20	3	19.072
TOTAL GERAL	45		40.543

Do montante de R\$ 484 (mil) registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, destacam-se os valores de R\$ 123 (mil) referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000 (PACONOL) e R\$ 118 (mil) referente ao processo judicial nº 0808143-15.2020.4.05.8100 (Gertece Engenharia Ltda). Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 20.987 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível. No 4º trimestre de 2024, foi celebrado administrativamente acordo entre a CDC e o Portus, reduzido o montante para R\$ 9.802 (mil), constante na à Ação de Cobrança ajuizada pelo PORTUS, processo nº. 0506373-93.2015.4.02.5101, referente a contribuições extraordinárias devidas pelas patrocinadoras-RTSA.

c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

No que se refere às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e os seus respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. (Vide Nota Explicativa 14)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	28	1	3.220
	37	2	4.960
	4	3	454
TOTAL GERAL	69		8.634

22. RECEITAS DIFERIDAS

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundo de processos licitatórios, de áreas dentro do porto organizado com as empresas TERGRAN e ABA Infraestrutura.

No 4º trimestre de 2024, apropriamos R\$ 11 (mil) no curto prazo, referente as três parcelas dos contratos de arrendamentos das empresas listadas abaixo e transferimos o mesmo montante de R\$ 11 (mil) do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, sendo R\$ 10 (mil) referente ao arrendamento Leilão MUC da arrendatária empresa Tergran e R\$ 1 (mil) reais, da empresa ABA Infraestrutura, conforme contratos.

a) Circulante

RECEITAS DIFERIDAS	31/12/2024	31/12/2023
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	40	40
ABA- Infraestrutura e Logística (Arrendamento Leilão TMP)	4	4
Total	44	44

b) Não Circulante

RECEITAS DIFERIDAS	31/12/2024	31/12/2023
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	880	920
Tergran - Investimento de melhorias área MUC 01	8.261	8.261
ABA- Infraestrutura e Logística (Arrendamento Leilão TMP)	92	96
Total	9.233	9.277

23. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê recursos para investimentos, no Porto e conseqüente aumento de capital. Tais recursos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidades.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	31/12/2024	31/12/2023
NÃO CIRCULANTE	5.829	5.257
GOVERNO FEDERAL	5.827	5.256
GOVERNO ESTADO CEARÁ	2	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.411	6.411
GOVERNO FEDERAL	6.411	6.411
GOVERNO ESTADO CEARÁ	0	0
TOTAL GERAL	12.240	11.668

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R\$ 5.829 (mil) registrados, R\$ 572 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no 1º trimestre de 2024 de R\$ 138 (mil); no 2º trimestre de 2024 de R\$ 136 (mil); no 3º trimestre de 2024 de R\$ 146 (mil) e no 4º trimestre de 2024 o valor de R\$ 152 (mil).

O detalhamento dos AFACs, em 31 de dezembro de 2024, está evidenciado a seguir, em R\$ (mil):

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/04/2022	R\$ 3.751	1.373	R\$ 5.124
VALORES RECEBIDOS ATÉ DE 2017			
DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
29/09/2016	R\$ 363	R\$ 340	R\$ 703
VALORES RECEBIDOS A PARTIR DE 2017			
DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
28/12/2017	R\$ 1.132	-	R\$ 1.132
09/10/2018	R\$ 78	-	R\$ 78
27/12/2018	R\$ 1.025	-	R\$ 1.025
30/12/2021	R\$ 4.177	-	R\$ 4.177
TOTAL	R\$ 6.411	0	R\$ 6.411
TOTAL DE AFAC UNIÃO			R\$ 12.239
DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/09/2014	R\$ 1	R\$ 1	R\$ 1
TOTAL			R\$ 1
TOTAL DE AFAC GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ			R\$ 1
TOTAL DE AFAC EM 31/12/2024			R\$ 12.240



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de dezembro de 2024, encontra-se assim distribuído:

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421.136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
TOTAL	36.448.641.087	100,00%	334.150.824,37

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

b) RESERVA DE LUCROS

b.1) RESERVA LEGAL

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos. Foi constituída a Reserva Legal do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 941 (mil).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

b.2) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação em ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembleia votou pela proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R\$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024, totalizou um montante de R\$ 2.208 (mil), decorrente da atualização feita pela taxa SELIC, no valor de R\$ 217(mil).

Fator Acumulado SELIC de 01/07/2015 a 31/12/2024: 2,28338572

Fator Acumulado SELIC de 03/08/2015 a 31/12/2024: 2,25679618¹

b.3) RESERVA DE LUCROS A REALIZAR

No exercício de 2023, após constituição das reservas e absorção dos prejuízos acumulados, o valor do lucro líquido do exercício, resultou em R\$ 17.001 (mil). Conforme Ata 58ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 139ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), datada de 30/04/2024, foi decidido que o saldo remanescente dos lucros acumulados, fosse destinado a reserva de lucros.

b.4) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício de 2024, após constituição das reservas, o valor do lucro líquido do exercício, resultou em R\$ 13.406 (mil). A Administração submeterá à Assembleia Geral Ordinária.

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No relatório atuarial, datado de 28/02/2020, a empresa RODARTE, imputou a Companhia Docas do Ceará, o valor de R\$ 45.581 (mil), como passivo líquido, referente ao exercício findo em 31/12/2019. Devido ao débito referir-se ao ano de 2019, a Companhia Docas, em 30 de junho de 2020, reconheceu e contabilizou o referido débito na conta de ajustes de exercícios anteriores, conforme determina o artigo 186 da Lei 6.404/76, parágrafo 1º.

¹ Fatores acumulados. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/selic/fatores/acumulados>. Acesso em: 29 abr. 2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Desde o ano de 2019, esse valor é alterado através do estudo atuarial do plano de benefício e que no 4º trimestre de 2024, esse estudo, apontou um passivo líquido de R\$ 33.114 (mil), conforme linha e.5 do quadro informado na Nota Explicativa 17.b, resultando o valor de R\$ 1.238 (mil), linha b.i, do quadro informado na Nota Explicativa 17.C, de contribuições do empregador para o plano, conforme abaixo detalhado:

RECONCILIAÇÃO LÍQUIDA DO PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	MR\$
Saldo anterior do valor líquido passivo de benefício no final do ano anterior	(35.285)
Custo do Benefício definido incluído no resultado	(926)
Redimensionamento da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes	1.859
Contribuições do Empregador	1.238
Passivo Líquido de benefício definido a partir do final do ano	(33.114)

d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R\$ 864 (mil), relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido. No 4º trim/2024, houve a variação de R\$ 1.745 (mil), resultado da diferença entre o 4º trim/2024 e o 3º trim/2024, constante no relatório da ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

e) LUCRO DO 4º TRIMESTRE DE 2024

O resultado econômico acumulado teve uma variação positiva de 146,48% comparado com o 4º trim/2023 que teve prejuízo de R\$ 1.907 (mil), haja vista que no 4º trim/2024, evidenciou um lucro de R\$ 4.102 (mil), em decorrência do registro no valor de R\$ 11.335 (mil), do Processo nº 0000972-34.2018.8.06.0086, em grau de "Cumprimento de Sentença", ou seja, já calcado em Decisão Judicial transitada em julgado, dotada de certeza, liquidez e exigibilidade suficiente a fundamentar a sua "provável chance de êxito". (Vide Nota 9.c.1)

f) LUCROS ACUMULADOS

O saldo, em 31 de dezembro de 2024, de LUCROS ACUMULADOS, ver DMPL, é de R\$ 18.815 mil).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Composição	Saldo R\$ (mil)
Saldo Inicial de 2023	0
Lucro do 1º trimestre de 2024	798
Prejuízo do 2º trimestre de 2024	-145
Lucro do 3º trimestre de 2024	9.643
Lucro do 4º trimestre de 2024	4.094
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.425
Total	18.815

Ao final do exercício de 2024, a transferência do saldo de lucros acumulados, segue da seguinte forma: reserva legal, no valor de R\$ 941 (mil) correspondente a 5% conforme artigo 193 da Lei das Sociedade por Ações; conta dividendos o valor de R\$ 4.469 (mil), atendendo o percentual mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, por determinação do Estatuto Social da Companhia, datada 25/04/2022, capítulo 9, item 9.2, inciso II, do artigo 117 (Destinação do Lucro), e o saldo remanescente no valor de R\$ 13.406 (mil), transferido para reserva de retenção de lucros, conforme determina a Lei 6.404/76, onde a Administração, submeterá à Assembleia Geral Ordinária, demonstrado a seguir:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.390
Absorção de Prejuízos Acumulados	-
Ajuste de exercícios Anteriores	4.425
LUCROS APÓS PARTICIPAÇÃO	18.815
5% Reserva Legal	- 941
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	17.874
25% Dividendos do Lucro Líquido Ajustado	- 4.469
Saldo Remanescente para Reserva de Lucros	13.406

25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos. (Vide Nota 20).

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

28



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITA OPERACIONAL	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	23.911	24.233	-1,33%	100.908	100.628	0,28%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	5.763	4.667	23,48%	22.557	19.617	14,99%
Utilização das Instalações de Acostagem	1.078	983	9,66%	4.532	3.866	17,23%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	10.035	8.434	18,98%	40.361	32.152	25,53%
Serviços de Armazenagem	54	142	-61,97%	550	13.317	-95,87%
Serviços Diversos	2.119	5.952	-64,40%	14.703	17.533	-16,14%
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	4.862	4.055	19,90%	18.205	14.143	100,00%
(-) Cancelamentos de Serviços	-2.669	-120	2124,17%	-4.313	-1.296	232,79%
(-) Impostos Incidentes	-2.033	-2.348	-13,42%	-9.260	-9.547	-3,01%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.209	21.765	-11,74%	87.335	89.785	-2,73%

A Receita Operacional Líquida apresentou um decréscimo de 11,74%, no 4º trimestre de 2024, quando comparada ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido cobrança extra de consumo de energia elétrica do cliente CMA-CGM, faturado em 2023, no valor de R\$ 2.924 (mil). No 4º trimestre de 2024, divulgamos a receita de aluguéis e arrendamentos, como receita operacional, padronizando a informação conforme as demais companhias docas do Brasil.

27.CUSTOS

CUSTOS	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	4.454	2.886	54,33%	12.982	10.778	20,45%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	3.306	3.834	-13,77%	13.346	14.221	-6,15%
Materiais Gastos nas Operações	77	98	-21,43%	133	334	-60,18%
Custos Gerais	4.230	5.513	-23,27%	17.433	19.185	-9,13%
Total	12.067	12.331	-2,14%	43.894	44.518	-1,40%

No 4º trimestre de 2024, os Custos apresentaram um decréscimo de 2,14%, quando comparados aos do mesmo trimestre do exercício anterior.

No grupo de custos com pessoal e encargos, a rubrica que teve aumento relevante foram os salários e ordenados, que aumentaram em 44,18%.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

No grupo de serviços prestados pessoa jurídica, as rubricas que tiveram reduções relevantes foram, serviços de manutenção elétrica e mecânica.

Quanto ao grupo de custos gerais, tivemos uma redução de 23,27%, principalmente devido a economia na conta de energia elétrica em 29,57%, resultante do arrendamento de espaço para empresa CMA.

Destacamos os valores mais significativos para a companhia, que são energia elétrica em R\$ 1.617 (mil), antes era R\$ 2.297 (mil), R\$ 124 (mil) com água e esgoto em R\$ 155 (mil) com aluguel de máquinas e equipamentos.

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	5.128	4.051	26,59%	17.533	14.711	19,18%
Serviços Prestados - Pessoa Física	116	87	33,33%	437	356	22,75%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	4.085	3.374	21,07%	14.763	11.707	26,10%
Despesas com Materiais	30	46	-34,78%	140	181	-22,65%
Despesas Gerais	2.442	2.377	2,73%	7.910	15.289	-48,26%
Total	11.801	9.935	18,78%	40.783	42.244	-3,46%

No 4º trimestre de 2024, as despesas gerais e administrativas apresentaram um acréscimo de 18,78%, verificada principalmente em Despesas com pessoal e encargos com aumento em 26,6%, justificado pela conta salários em torno de 15,23% e conseqüentemente aumento dos encargos, outra rubrica é Serviços Pessoa Jurídica, quando comparados ao 4º trimestre do exercício anterior, justificada, pelo aumento serviços de segurança e vigilância patrimonial, R\$ 541 (mil) e serviços de informática, R\$ 623 (mil). Quanto ao grupo despesas gerais, no montante de R\$ 2.442 (mil) no 4º trimestre, destacamos os valores mais significativos, que são com água e esgoto em R\$ 596 (mil), com depreciação em R\$ 1.222 (mil) e passagens R\$ 130 (mil).

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no 4º trimestre de 2024, apresentaram um aumento de 1.051,56%, quando comparadas com o mesmo trimestre do exercício anterior, verificada principalmente, em que No 4º trimestre de 2024, registramos o valor de R\$ 11.335 (mil) decorrente do Processo nº 0000972-34.2018.8.06.0086, que já se encontra em grau de "Cumprimento de Sentença", ou seja, já calcado em



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Decisão Judicial transitada em julgado, dotada de certeza, liquidez e exigibilidade suficiente a fundamentar a sua "provável chance de êxito".

Saietamos também que as receitas de aluguéis e arrendamentos, foi demonstrada na receita operacional líquida, padronizando a informação conforme as demais companhias docas do Brasil.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
Recuperação de Valores Baixados Como Perdas Em Exercícios Anteriores	0	341	-100,00%	5	341	-98,53%
Receitas Eventuais	17	15	13,33%	443	31	1329,03%
Rec de Despesas exerc Anterior	48	5	860,00%	77	6	1183,33%
Receita de Outorga	11	10	10,00%	44	40	100,00%
Ganhos e perdas de capital	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Processo nº.0011097-11.2007.8.06.0001 IPTU	0	0	0,00%	3.148	0	100,00%
Processo nº.0189190-44.2017.8.06.0001 De Francesco	0	0	0,00%	0	21.782	100,00%
Processo nº. 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	0	0	0,00%	3.625	6.953	-47,86%
Processo nº. 0000972-34.2018.8.06.0086 - Santana Têxtil	11.336	0	100,00%	11.336	0	100,00%
Reversão prov de Créditos Liquidação Duvidosa	0	620	-100,00%	236	620	-61,94%
Total	11.412	991	1051,56%	18.914	29.773	-36,47%

As outras despesas operacionais, no 4º trimestre de 2024, sofreram um decréscimo de 14,13%, quando comparadas ao mesmo trimestre do exercício de 2023, justificado, principalmente, pela redução dos débitos incobráveis no valor de R\$ 1.499 (mil).

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	545	530	2,83%	1.132	1.757	-35,57%
Avarias em Bens de Terceiros	0	-180	-100,00%	0	0	0,00%
Despesa Atuarial - Custo Benefício - Parcela Assistidos	911	910	0,11%	3.526	3.553	-0,76%
Contribuição Extraordinária PORTUS - Assistidos	252	256	-1,56%	753	788	-4,44%
Débitos Incobráveis	0	1.499	-100,00%	891	2.085	-57,27%
Impostos Diferidos	541	0	100,00%	856	1.577	-45,72%
Provisão de Créditos para liquidação duvidosa	0	-396	100,00%	622	0	100,00%
Total	2.249	2.619	-14,13%	7.780	9.760	-20,29%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No 4º trimestre de 2024, verificou-se uma redução das receitas financeiras, em um percentual de 31,97% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo mais expressivo nos juros de usuários.

RECEITAS FINANCEIRAS	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
Juros s/Atualiz de Demais Direitos de Crédito	0	23	-100,00%	2	26	-92,31%
Juros de Usuários	62	607	-89,79%	557	1.039	-46,39%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	1.354	1.453	-6,81%	5.327	5.903	-9,76%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	1	0	100,00%	46	50	-8,00%
Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	0	0	0,00%	69	106	-34,91%
Rendimentos em Títulos Públicos	0	0	0,00%	19	3	533,33%
Descontos Obtidos	0	0	0,00%	0	3	-100,00%
Total	1.417	2.083	-31,97%	6.020	7.130	-15,57%

b) DESPESAS FINANCEIRAS

Conforme demonstrado a seguir, no 4º trimestre de 2024, verificou-se um decréscimo nas despesas financeiras em um percentual de 12,13%, em comparação ao mesmo trimestre do exercício de 2023, sendo mais expressiva, as despesas com variações monetárias.

DESPESAS FINANCEIRAS	4º trim 2024	4º trim 2023	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2024	Acumulado Jan a Dez 2023	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de débitos tributários	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	873	849	2,83%	3.368	3.311	1,72%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	0	26	-100,00%	6	42	-85,71%
Despesas Bancárias diversas	8	4	100,00%	21	16	31,25%
Despesas de Variações Monetárias	191	341	-43,99%	1.082	1.194	-9,38%
Perdas em Aplicações Financeiras	0	0	0,00%	10	0	100,00%
Total	1.072	1.220	-12,13%	4.487	4.563	-1,67%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

31. IMPOSTOS DIFERIDOS E CSLL CORRENTE

A Contribuição Social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, conforme previsto no Pronunciamento IBRACON NPC 25 e NBC TG 32 (R4). (Vide nota 15 a).

A Contribuição Social corrente foi calculada e apurada no valor de R\$ 134 (mil), entretanto, após compensar com a CSLL retidas de órgãos públicos, resultou em Base de Cálculo Negativa de CSLL no valor de R\$ 422 (mil), (Vide nota 8).

PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA E CSLL	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO
Impostos Diferidos	800	1.535	-47,88%
Reversão IRPJ Diferido (Declarado Imune conf.Proc)	0	-13.194	-100,00%
Provisão para CSLL Corrente	134	642	-79,13%
Total	934	-11.017	-108,48%

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução CGPAR/ME Nº 30, de 04 de agosto de 2022, seguem as remunerações mensais (Base: dezembro/2024), pagas pela empresa aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, abaixo demonstradas:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

REMUNERAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
CONSELHEIROS		
Remuneração Média	3	3
DIRETORES		
Maior Remuneração	57	28
Remuneração Média	55	27
Menor Remuneração	54	26
EMPREGADOS		
Quantidade de Empregados	156	114
Maior Remuneração	30	24
Remuneração Média	8	11
Menor Remuneração	2	3
EMPREGADOS -BENEFÍCIOS		
Valor médio global	91	36

34.PARTES RELACIONADAS

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da Companhia, independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito aos prazos, preços e garantias.

Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as

34



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, no 4º trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	23.911
FATURAMENTO PETROBRAS	7.611
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC	31,83%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como, também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no 4º trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	23.911
FATURAMENTO OGMO	20
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC	0,08%

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no 4º trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA (Vide Nota 27)	3.306
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO	1.227
PARTIC. DO OGMO	37,11%

c) Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho

35



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no 4º trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA (Vide Nota 28)	4.085
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC	8
PARTIC. DA EBC	0,20%

d) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.²

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no 4º trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
DESPESAS GERAIS (Vide Nota 28)	4.085
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT	0,00
PARTIC. DA ECT	0,00%

e) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos - MPA. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário,

² Estatuto Social dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios>. Acesso em: 09 out. 2023.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.³

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no 4º trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	23.911
FATURAMENTO ANTAQ	4
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC	0,02%

f) A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) é uma autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Tendo como finalidade institucional, a promoção da proteção da saúde da população, por intermédio de controle sanitário da produção e do consumo de produtos e de serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, bem como das tecnologias a eles relacionados, além de controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. marítima e de apoio e de navegação interior.⁴

Demonstração dos valores faturados para a ANVISA, no 4º Trimestre de 2024, em milhares de reais.

	31/12/2024
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	23.911
FATURAMENTO ANVISA	13
PARTIC. DA ANVISA NO FATURAMENTO DA CDC	0,05%

Lúcio Ferreira Gomes
 Diretor Presidente
 Companhia Docas do Ceará
 CPF: 122.174.173-04

Antônio Erinaldo Freire Malveira
 Contador
 Companhia Docas do Ceará
 CRC CE-014871/O-2
 CPF: 386.105.663-15

³ Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências**. Brasília, 10 mai. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/antaaq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 11 mai. 2023.

⁴ Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acesoainformacao/institucional>. Acesso em: 11 ago. 2023.

RELATÓRIO DE AUDITORIA - FORMA LONGA

Os dados, comentários e informações, a seguir expostos, são resultantes da nossa auditoria nos registros contábeis referente ao 4º trimestre de 2024, e nos atos e procedimentos administrativos formais que estão previstos e que ocorreram no período analisado.

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO

CIRCULANTE

BANCOS C/ MOVIMENTO

Descrição	Saldo contábil em 31.12.2024	Saldo extrato em 31.12.2024
Bancos - Convênios		
- Convênio CVT – AG. 08-6 POUP24.330-2	454,82	454,82
Total	454,82	454,82

Pontos Identificados:

Analizamos a documentação suporte da conta, confrontando os saldos dos balancetes com os saldos dos respectivos extratos bancários, onde não encontramos fatos merecedores de destaque.

APLICAÇÕES DE DISPONIBILIDADES OU LIQUIDEZ IMEDIATA

Descrição	Saldo contábil em 31.12.2024	Saldo extrato em 31.12.2024	Dif.
Agência nº 08-6 C/C 77.001-9	44.199.958,43	44.199.958,43	-
Agência nº 08-6 C/C 25.873-3	2.320.949,19	2.320.949,19	-
Agência nº 08-6 C/C 26.003-7	4.717.584,34	4.717.584,34	-
Agência nº 8-6 C/C 29188-9	10.650.256,39	10.650.256,39	-
Agência nº 8-6 C/C 28.755-5	336.042,79	336.042,79	-
Agência Nº 08-6 C/C77.001-9 - RENDE FÁCIL	327.316,97	327.316,97	-
Total	62.552.108,11	62.552.108,11	-

Analizamos a documentação suporte da conta, confrontando os saldos dos balancetes com os saldos dos respectivos extratos bancários de aplicação, verificamos as apropriações das receitas financeiras e IRRF, onde não encontramos fatos merecedores de destaque.

CONTAS A RECEBER

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
Clientes no Mercado Nacional	7.221.335,27	(a)
Clientes Diversos	32.410,80	(b)
(-) Provisão para Perdas	(1.697.532,62)	(c)
Total	5.556.213,45	

Pontos Identificados:

- (a) Verificamos as informações presentes nos relatórios dos setores contábil, financeiro e faturamento, confrontamos com as informações contidas nos livros fiscais (ISS Fortaleza), bem como as notas fiscais emitidas, do qual não evidenciamos fatos merecedores de destaque. O saldo apresentado na contabilidade está em consonância com o saldo apresentado pelo Departamento Financeiro, porém o mesmo não foi apresentado de forma analítica, ou seja, por título e data de vencimento. A companhia não disponibilizou aging list e/ou relatório financeiro para a validação do referido saldo contábil;

Chamamos atenção para o fato de não haver segregação dos Impostos Federais retidos, relativo às NF's emitidas, cujo imposto foi retido pelo tomador, desta forma, no saldo da rubrica clientes encontra-se incluso o valor dos impostos retidos. Verificamos que a segregação está sendo feita pela contabilidade apenas por ocasião do pagamento dos clientes, cujo lançamento é realizado no último dia do mês.

- (b) Analisamos a movimentação da rubrica e identificamos que a mesma se refere a parcelamentos de dívidas, concedido aos clientes Engemom Engenharia Industrial e Bm Fortaleza Reparos de Containers, do qual analisamos a documentação comprobatória e não identificamos pontos merecedores de destaque. Ressaltamos para o fato de que, no período em análise, a rubrica "Engemom" não teve movimentação, ou seja, não foram recebidos recursos deste parcelamento no 4º Trim/2024.

- (c) Verificamos que não foi constituída a provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, no 4º Trim/2024, permanecendo o saldo constituído até 30/09/2024, onde a mesma foi efetuada através de planilha repassada pelo setor de cobrança da

Companhia. Analisamos a mesma e identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:

- A contabilidade possui o controle para fins de baixa para perdas com créditos, de acordo com a IN SRF nº 93/07 (art. 24), reconhecendo estas perdas como valores dedutíveis.

O reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi feita apenas com base na regra fiscal, não sendo atendido o que dispõe a regra societária, (CPC 48 – IFRS 9), que determina o seguinte:

“5.5.17 A Empresa deve mensurar as perdas de crédito esperadas de instrumento financeiro de modo que reflita: (a) o valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; (b) o valor do dinheiro no tempo; e (c) informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

5.5.18 Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Entidade não precisa, necessariamente, identificar cada cenário possível. Entretanto, ela deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

5.5.19 O período máximo a ser considerado ao mensurar perdas de crédito esperadas é o período contratual máximo (incluindo as opções de prorrogação) sobre o qual a Entidade está exposta ao risco de crédito e, não, a um período mais longo, mesmo se esse período mais longo estiver consistente com a prática comercial.

5.5.20 Entretanto, alguns instrumentos financeiros incluem tanto um empréstimo quanto um componente de compromisso não utilizado, e a capacidade contratual da entidade de exigir reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição da Entidade a perdas de crédito para o período de notificação contratual. Para esses instrumentos financeiros, e somente esses, a Entidade deve mensurar as perdas de crédito esperadas ao longo do período durante o qual a Entidade estiver exposta ao risco de crédito e as perdas de crédito esperadas não forem mitigadas por ações de gerenciamento de risco de crédito, mesmo se esse período estender-se além do período contratual máximo.”

Chamamos atenção para a “técnica do arrasto” que deve ser adotada pela empresa, para o cálculo da PCLD, que é de perda e provisionamento de todos os créditos atribuídos a um mesmo devedor.



www.audiplacauditoria.com

Recomendações:

- (a) Que seja verificado junto ao suporte do sistema a disponibilização de um relatório financeiro do "Contas a Receber", de forma analítica, possibilitando a identificação individual dos títulos a receber com suas respectivas datas de vencimento, assim como seja feita a segregação dos impostos retidos da rubrica de Clientes, no momento do registro da Fatura a Receber;
- (b) Que a Companhia envie esforços para a cobrança dos referidos valores;
- (c) Proceder com o reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) atendendo o que dispõe a regra fiscal (IN SRF nº 93/07) e regra societária (CPC 48 - IFRS 9).

Comentários da Companhia:

- (a) A CODFIN informa que, o setor responsável pela contratação do sistema ERP, já iniciou o processo licitatório. Onde contemplará o contas a receber e o contas a pagar.
- (b) Engemon: Encontra-se em processo judicial nº 0800377-08-2020.4.05.8100-2 – com prognóstico 2.
- (c) A CODIFIN informa que o setor responsável pela contratação do sistema ERP, já iniciou o processo licitatório. Onde, contemplará de forma analítica o contas a receber e o contas a pagar. Somente assim poderá proceder o reconhecimento da provisão PECLD, conforme dispõe a regra societária.

A CODFIN informa que o estudo da planilha do PECLD, foi iniciado em 2022, no setor Cobrança, conforme os critérios da lei nº 9.430/96 e Norma de Faturamento CDC, em atendimento ao CPC 48. O PECLD da CDC é constituído de um estudo, conforme faixa por valor e tempo de vencida as faturas, constantes no contas a receber, que após apresentado a contabilidade a mesma repassa ao departamento jurídico que após análise indica as faturas que devem passar a configurar os devedores duvidosos.

§ 7o Para os contratos inadimplidos a partir da data de publicação da Medida Provisória no 656, de 7 de outubro de 2014, poderão ser registrados como perda os créditos: (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

I - em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário; (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

II - sem garantia, de valor: (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

a) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

b) acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015);

c) superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento; (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
Saldo negativo de IRPJ exercício 2025-2024	1.234.951,35	(a)
Saldo negativo de CSLL exercício 2025-2024	421.855,74	(b)
Grupo – IRRF	1.397,06	(c)
Total	1.658.204,15	

Pontos Identificados:

- Saldo referente a retenções de imposto sobre notas fiscais emitidas, ocorridas no período em análises. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- Saldo referente aos pagamentos de CSLL estimativa mensal e CSLL retida, realizados no exercício de 2024. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque
- Saldo referente a retenções ocorridas no período em análise

NÃO CIRCULANTE

DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO

Descrição	Saldo em 31.12.2024
Trabalhistas Recursais	635.036,03
Depósitos Judiciais – Consignado	306.114,81
Total	941.150,84

Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com os relatórios fornecidos pelo Departamento Jurídico de competência dez/2024 (CODJUR - Relatório trimestral 2024) e documentação comprobatória, onde não identificamos pontos mercedores de destaque.

CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Notas
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001 - IPTU	9.517.188,55	a
Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	90.619.708,46	b
Crédito de Francisco PROC.N.0189190-44	21.782.210,32	c
Crédito Santana Textil proc. 0000972-34.201	11.335.403,22	d
Total	133.254.510,55	

Pontos Identificados:

- a) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001, no qual o mesmo trata-se de uma Ação Ordinária de Repetição de Indébito, aforada pela CDC, em face do requerido, Município de Fortaleza, cuja pretensão do referido processo consistiu na declaração de inexigibilidade de relação jurídico-tributária, com relação ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), dos imóveis matriculados na Prefeitura Municipal de Fortaleza, sob os números 186.731-8, 461-446-1, 539.771-5 e 184.834-8;

Conforme comunicado SEI Nº 2/2021/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, emitido pela Coordenadoria Jurídica da CDC, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza à repetição do indébito, com relação ao IPTU lançado e pago dos últimos cinco anos, a contar da interposição da demanda, com aplicação de juros moratórios, contados do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188/STJ), bem como da correção monetária pelo INPC/IBGE, a partir dos referidos desembolsos;

O juiz proferiu decisão, em 28/08/2020, em que homologou o valor de R\$ 4.727.213,50, de acordo com o cálculo da contadoria judicial, bem como determinou a expedição de precatório, além de intimar o Município a se manifestar acerca da atualização monetária apresentada pela CDC. Diante do exposto, a Coordenadoria Jurídica da CDC, entendeu que o valor de R\$ 4.727 (mil), é certo quanto ao seu recebimento, o qual se dará por meio de precatório (Fazenda Pública Municipal), restando em discussão, apenas a atualização monetária, tendo em vista que, o cálculo que foi homologado compreendeu a atualização, apenas até março de 2016;

Em 04 de janeiro de 2022 foi emitido o Comunicado nº 4/2022/CODJUR-Contencioso CD C/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, Assunto: Narração do Processo 0011097-11.2007.8.06.0001 – Prognóstico 1, que comenta que o juiz determinou que os autos fossem remetidos à contadoria para que fossem dirimidas as controvérsias entre os cálculos de atualização apresentados pela CDC e contestados pela Prefeitura no que se refere ao período de março de 2016 a junho de 2020;

Conforme relatório do jurídico, posição em 30.09.2024:Histórico/Atualização: Autos retornaram da contadoria do Forum com débito atualizado no montante de R\$ 9.517.188,55. A Cia peticionou concordando com tal quantia. Após manifestação do Municipio, os autos restam conclusos para despacho desde 30/07/2024.

Quanto ao reconhecimento do ativo, no montante de R\$ 9.517.188,55, o referido valor foi contabilizado pelo fato do mesmo não se tratar de um ativo contingente, onde conforme determina a NBC TG 25 item 33, traz que quando a realização do ganho é praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

- b) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, cujo mesmo foi ajuizado em outubro de 2007, com pedido de tutela antecipada proposta pela COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ, em face do MUNICÍPIO DE FORTALEZA, processo nº 0812093-66.2019.4.05.8100, objetivando a declaração de exclusão da exigibilidade jurídico tributária cumulada com repetição de indébito em que a autora não seja obrigada a pagar ISSQN, bem como que seja o réu obrigado a restituir à CDC os valores recolhidos indevidamente a esse título, ressalvada a prescrição.

Em novembro de 2019, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza, a restituir à CDC os valores cobrados e pagos referentes ao referido tributo, dos últimos cinco anos da interposição da presente demanda, a serem apurados quando da liquidação da sentença.

Em setembro de 2021, com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISSQN, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes que deverão ser corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC. O demonstrativo de cálculos para fins de restituição no período de outubro de 2002 a janeiro de 2022, no montante de R\$ 80.041.805,80 (oitenta milhões, quarenta e um mil, oitocentos e cinco reais e oitenta centavos), nos exatos termos fixados à sentença, quantia essa já atualizada, sendo o valor principal de R\$ 36.965.688,66 (trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos), com atualização do débito pela SELIC, no valor de R\$

43.076.117,14 (quarenta e três milhões, setenta e seis mil cento e dezessete reais e quatorze centavos).

Com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISS, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC.

Conforme comunicado Nº Comunicado nº 64/2022/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, emitido pela Coordenadoria Jurídica da CDC, onde a citada coordenadoria ratifica a informação de que o prognóstico "1" indicado para a referida Ação (Processo Judicial nº 0812093-66.2019.4.05.8100), constante no Relatório Federal Requerente (SEI nº 6305649) é adequado, ao passo que a importância indicada (R\$ 80.041.805,80) **é líquida e certa de recebimento**, portanto, passível de ser classificada como "provável", de acordo com as balizas conceituais elencadas no Comunicado nº 227/2022/CODFIN-CDC (SEI nº 6375666). O citado comunicado ressalta ainda, que a constatação de liquidez e certeza do recebimento está alicerçada no fato de que a respectiva Ação nº 0812093-66.2019.4.05.8100 já transitou em julgado, portanto, as fases processuais de conhecimento e execução já foram exauridas, razão pela qual, inexistente margem para alteração do referido desfecho processual, conforme documentos de evidência acostados ao Relatório (SEI nº 6305649) e demais anexos arrolados à este comunicado (SEI nº 6380515). O valor desta causa foi atualizado conforme CONF.CODJUR SET/2024 em R\$ 3.624.656,63, totalizando o valor de R\$ 90.619.708,46.

- c) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Crédito do "De Francesco Alimentos Ltda", PROC.N.0189190-44, no qual o mesmo trata-se de uma Ação de Rescisão de Contrato de Arrendamento (Cumprimento de Sentença proferida em 26/06/2006, com decisão transitada em julgado), conforme autos do processo disponibilizados e relatório do jurídico da CDC;
- d) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se aos registros na conta contábil, na data de 13.12.2024, pelos valores de R\$ 308.377,38 (valor principal) e R\$ 11.027.025,84 (atualização), perfazendo o montante de R\$ 11.335.403,22, referente ao Processo da "Santana Têxtil", nº 0000972-34.2018.8.06.0086, no qual o mesmo trata-se de 02 (duas) execuções de Título Extrajudicial, os quais foram objeto de embargos a execução, cujas decisões proferidas e já transitadas em julgado apontaram para a certeza, liquidez e exigibilidade da cobrança.

IMOBILIZADO

Descrição	Saldo Balancete em 31.12.2024	Saldo Sistema Patrimonial em 31.12.2024	Diferença	Nota
Bens Móveis	17.541.131,28	17.541.131,28	-	
Bens Imóveis	155.518.292,86	141.433.194,44	14.085.098,42	(a)
Imobilizado em Andamento	4.655.297,68	-	4.655.297,68	
Imobilizado – Convênios	1.486.929,13	-	1.486.929,13	(b)
Imobilizado – TMP	238.836.401,10	238.836.401,10	-	-
Redução a Valor Recuperável	(11.884,89)	-	(11.884,89)	
(-) Dep. Acum. - B. Móveis	(12.145.212,26)	(12.145.212,26)	-	-
(-) Dep. Acum. - B. Imóveis	(86.677.768,06)	(79.995.036,45)	(6.682.731,61)	(c)
(-) Dep. Acum. – RTT	13.105.988,38	-	13.105.988,38	(c)
(-) Dep. Acum. – TMP	(80.297.087,13)	(80.297.087,13)	-	-
Total	252.012.088,09	225.373.390,98	26.638.697,11	

Confrontamos a movimentação contábil com o mapa de apuração do sistema patrimonial, testamos as movimentações realizadas nas contas, por amostragem, onde identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:

Pontos Identificados:

- A diferença apresentada entre Contabilidade e Sistema Patrimonial é decorrente de Correção Monetária Especial – Art. 30 da Lei nº 8.200/91, que não está registrada no Sistema Patrimonial, tendo seu controle efetuado através de planilhas de Excel;
- A referida diferença é decorrente de bens oriundos de Convênios (CVT, DNIT e Monitoramento Ambiental), cuja destinação dos bens não foi feita pela Conveniente, ficando na posse da Companhia até que seja definida sua destinação. Não houve movimentação da rubrica no período auditado;
- Verificamos que a Companhia dispõe de controles paralelos para o cálculo das depreciações decorrentes de Correção Monetária Especial – Art. 30 da Lei nº 8.200/91 e Depreciação com Base na Vida Útil Estimada, em conformidade com o Laudo de Avaliação;

- 2) Verificamos que a companhia instituiu uma comissão, conforme portaria Nº 16, de 31 de janeiro de 2025, para verificar a existência de indicativos para a necessidade de realização de Teste de Impairment, referente ao exercício de 2024. A comissão apresentou evidências externas e internas que justificam ou indicam a desnecessidade da realização do Teste de Impairment para o exercício em análise.

INTANGÍVEL

Descrição	Saldo em	Saldo Sistema	Diferença
	31.12.2024	Patrimonial em 31.12.2024	
Software	8.045.256,18	8.045.256,18	0,00
(-) Amortização do Intangível	-7.874.185,36	-7.875.714,64	1.529,28
Redução a Valor Recuperável	-1.529,28	-1.529,28	0,00
Total	169.541,54	168.012,26	1.529,28

Pontos Identificados:

- Confrontamos a movimentação contábil com o mapa de apuração do sistema patrimonial, testamos as movimentações realizadas nas contas, por amostragem.

A Companhia instituiu uma comissão, conforme portaria Nº 16, de 31 de janeiro de 2025, para verificar a existência de indicativos para a necessidade de realização de Teste de Impairment, referente ao exercício de 2024. A comissão apresentou evidências externas e internas que justificam ou indicam a desnecessidade da realização do Teste de Impairment no exercício em análise.

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES

Descrição	Saldo em 31.12.2024
Fornecedores com Contrato	2.476.944,22
Total	2.476.944,22



www.audiplacauditoria.com

Pontos Identificados:

Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, por amostragem, confrontamos com a documentação comprobatória e conciliação apresentada pela contabilidade, do qual chamamos atenção para o fato da Companhia não dispor de um sistema financeiro que demonstre os saldos analíticos dos fornecedores a pagar, assim como a contabilidade, que dispõe apenas de um controle de forma sintética.

Recomendação:

Que a Companhia proceda a implementação da recomendação acima mencionada, de forma a aprimorar seus controles internos.

Comentários da Companhia:

A CODFIN informa que, o setor responsável pela contratação do sistema ERP, já iniciou o processo licitatório. Onde contemplara o contas a receber e o contas a pagar.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
Salários a Pagar	51.103,00	A
Reclamações Trabalhistas	3.220.394,12	B
Total	3.271.497,12	

Pontos Identificados:

- Analizamos a movimentação da rubrica, confrontamos o Razão Contábil x Folha de Pagamento, no qual identificamos que ocorreu pagamento parcial da folha competência dez/24, dentro do próprio mês, restando o referido saldo a pagar em jan/2025;
- O saldo apresentado nesta rubrica está em conformidade com os valores contidos no "Relatório CODJUR - emitido em "31/12/2024", com data-base dez/2024, e demais documentos pertinentes, onde identificamos que os mesmos referem-se aos Processos Trabalhistas que estão com prognóstico "Provável de Realização", no qual os mesmos foram provisionados conforme recomenda a Deliberação CVM Nº 489 e o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
INSS a Recolher	519.830,75	(a)
FGTS a Recolher	193.718,39	(a)
COFINS	290.319,30	(c)
PIS	62.101,42	(c)
ISS Retido na Fonte	112.687,45	(d)
Impostos a Recolher (INSRF 480/04)	594.576,01	(b)
INSS Retido s/ Serv Tomados	248.521,45	(b)
PORTUS RTSA	629.815,68	(e)
PORTUS Patronal	36.265,44	
PORTUS Termo de Compromisso Financ.	2.008.095,04	(e)
PORTUS Contribuição Extraordinária	62.694,59	
Total	4.758.625,52	

Pontos Identificados:

- Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com a folha de pagamento, Obrigações Acessórias e Controles extracontábeis pertinentes, onde não identificamos fatos relevantes merecedores de destaque;
- Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica e não encontramos fatos relevantes merecedores de destaque;
- Efetuamos os testes de recálculo, confrontamos as informações contábeis com as Memórias de Cálculo e Obrigações Acessórias (DCTF e EFD CONTRIBUIÇÕES). Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- Saldo confirmado com as informações contábeis e Certificado de encerramento de ISS, do qual não identificamos divergências relevantes merecedoras de destaque;
- O saldo da rubrica é referente ao registro contábil, referente aos valores constantes no Termo de Compromisso Financeiro – TCF, celebrado em 12/06/2020, entre a Entidade Administradora (Portus - Instituto de Seguridade Social) e a Cia Docas do Ceará, firmado no intuito de viabilizar a solvência do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, onde conforme estabelecido no citado termo, o mesmo deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor. Analisamos sua devida documentação comprobatória, verificamos os lançamentos efetuados na rubrica, e não identificamos pontos merecedores de destaque. Constatamos que foi aplicada a contabilização da transferência de Saldo do Longo para Curto Prazo, com base no critério da exigibilidade.

CREDORES DIVERSOS

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
Credores por Depósitos Cauçionados	280.571,92	(a)
Credores Diversos	2.135.372,82	(b)
Credores Diversos - IPTU	1.653.018,26	(c)
Credores Diversos - Aforamento	1.174.327,55	(c)
Total	5.243.290,55	

Pontos Identificados:

- a) O saldo apresentado nesta rubrica é decorrente de cauções recebidos de fornecedores, conforme disposto em Cláusula Contratual;
- b) A contabilidade apresentou a conciliação da referida rubrica, do qual, conforme análise da movimentação financeira do período, verificamos que as movimentações são decorrentes de Notas de Crédito, onde as mesmas referem-se a pagamentos efetuados a maior pelos clientes ou cancelamentos de NF's;

Conforme recomendado por esta auditoria, identificamos que na competência de Março/2018, foi efetuada a transferência da rubrica do Ativo "Créditos / Débitos não Identificados" para a rubrica do Passivo "Credores Diversos - Créditos / Débitos não Identificados", no valor de R\$ 1.605.309,37, onde a movimentação da mesma é decorrente principalmente de pagamentos de clientes que não foram baixados.

- c) O saldo da rubrica é decorrente de IPTU's e Aforamentos, recebidos das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia, que estão em processo de lide jurídica. Chamamos atenção para o fato de não existir uma conta poupança específica para cada empresa que realizou o depósito. Chamamos atenção para a alocação destes recursos recebidos, para evitar que a Companhia se aproprie de uma receita financeira que não é dela e quando estes recursos forem pagos ou devolvidos, corrigidos monetariamente, estará incorrendo em uma despesa financeira que também não é dela. O correto seria abrir uma conta bancária específica e que os rendimentos fossem alocados na conta do

passivo, até mesmo para ter o controle destes valores atualizados. O saldo da rubrica é decorrente de períodos anteriores.

ACÇÕES JUDICIAIS

Descrição	Saldo em 31.12.2024
Ações Federais	483.615,82
Total	483.615,82

Pontos Identificados:

Analizamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com o "Relatório CODJUR II – emitido em 30/09/2024", com data-base jun/2024, apresentado pelo Departamento Jurídico, referente às Ações Cíveis, Federais e Tributárias, que estão com prognóstico provável de realização e demais documentos pertinentes no qual os mesmos foram provisionados, conforme recomenda a Deliberação CVM Nº 489 e o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

PROVISÕES

Descrição	Saldo em 31.12.2024
Provisão para Férias	1.635.613,91
Provisão INSS s/Férias	436.708,94
Provisão para FGTS s/ Férias	130.852,11
Total	2.203.174,96

Confrontamos as movimentações contábeis com as Folhas de Pagamento, Relatórios de Provisões de Férias e 13º Salário, gerados pelo Sistema de Folha de Pagamento, e planilhas específicas, onde não identificamos divergências relevantes merecedoras de destaque.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS

Descrição	Saldo em 31.12.2024
CSLL Diferido	7.084.316,03
Pis Diferido	640.283,70
Cofins Diferido	3.796.099,32
Total	11.520.699,05

Pontos Identificados:

A Companhia procedeu a contabilização dos impostos (diferidos) sobre os valores a receber (créditos a receber), contabilizados no Ativo Não Circulante, conforme determina a NBC TG 32 (R4).

CRÉDITOS AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Descrição	Saldo em 31.12.2024
Governo Federal	5.826.837,37
Governo do Estado do Ceará	1.711,66
Total	5.828.549,03

Confrontamos a movimentação do Razão Contábil x Extratos Bancários x Planilha de Controle - AFAC, onde não identificamos pontos mercedores de destaque.

PROVISÃO PASSIVO ATUARIAL - PORTUS

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
Provisão Plano de Pensão – Portus	8.171.504,68	a
(+/-) Provisão Portus – Remensuração	(995.160,00)	a
Portus – Termo de Compromisso Financeiro	23.929.743,28	b
Total	31.106.087,96	

Pontos Identificados:

- (a) Analisamos as movimentações ocorridas nas rubricas, onde identificamos que os saldos das mesmas são decorrentes dos déficits técnicos remanescentes do Plano Básico Previdenciário 1 – PBP1, no qual analisamos sua devida documentação comprobatória, e não identificamos pontos merecedores de destaque;
- (b) O saldo da rubrica é referente ao registro contábil, referente aos valores constantes no Termo de Compromisso Financeiro – TCF, celebrado em 12/06/2020, entre a Entidade Administradora (Portus - Instituto de Seguridade Social) e a Cia Docas do Ceará, firmado no intuito de viabilizar a solvência do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, onde conforme estabelecido no citado termo, o mesmo deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor. Analisamos sua devida documentação comprobatória, verificamos os lançamentos efetuados na rubrica, e não identificamos pontos merecedores de destaque. Constatamos que foi aplicada a contabilização da transferência de Saldo do Longo para Curto Prazo, com base no critério da exigibilidade.

RECEITAS DIFERIDAS - ARRENDAMENTOS

Descrição	Saldo em 31.12.2024	Nota
TERGRAN (Arrendamento Leilão MUC)	880.000,04	a
TERGRAN - Investimentos de melhorias	8.261.099,43	a
ABA - INFRA Estrutura	91.666,71	b
Total	9.232.766,18	

Pontos Identificados:

- a) Saldo contabilizado por conta do atendimento das "Obrigações prévias à celebração contratual do arrendamento do MUC01- Porto de Fortaleza", prevista no Edital "Leilão Nº 03/2021-ANTAQ, para o arrendamento de área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos, localizados dentro do porto organizado de Fortaleza, denominado MUC01". O valor de R\$ 8.261.099,43 que foi depositado pela ganhadora (TERGRAN), conforme previsto no edital será investido em obras de melhoria na área do porto organizado. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;

- b) Saldo contabilizado por conta do atendimento das Obrigações iniciais, conforme Leilão Nº 05/2023 – ANTAQ para o arrendamento de área e infraestrutura pública para a movimentação de passageiros e para atividades de entretenimento

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Saldo em 31.12.2024
Capital Social	334.150.824,37
Ajuste de Avaliação Patrimonial – PORTUS	995.160,00
Reserva de Lucros	34.748.136,80
Créditos para Futuro Aumento de Capital	6.411.449,00
Total	376.305.570,17

Houve movimentação nas rubricas decorrente de lucro do período, no valor total de R\$ 4.094 (mil), ajuste de avaliação patrimonial – Portus R\$ 1.858 (mil), R\$ 40 (mil) da variação monetária da Reserva Especial, constituída conforme determinação da 112ª Assembleia Geral Extraordinária da CDC, que aprovou a constituição da referida reserva, tendo em vista dividendos não pagos dos exercícios de 2010 a 2012, e R\$ 1.238 (mil) de Ajustes de Exercícios decorrentes da provisão do Plano de Pensão da Portus. Dividendos obrigatórios no valor de R\$ 4.469 (mil) e constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 14.347 (mil).

RECEITA BRUTA

Contas	Saldo em 31.12.2024
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	
SERVIÇOS UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PROT E ACES AQUAV	22.557.594,34
SERVIÇOS UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM	4.531.627,99
SERVIÇOS UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TERRESTRE	40.360.724,60
SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	549.542,36
SERVIÇOS DIVERSOS	14.703.089,24
OUTRA RECEITAS OPERACIONAIS	
ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	18.205.240,26
Total	100.907.818,79

Analisamos a movimentação ocorrida no período de 2024, por amostragem, confrontamos o Razão Contábil x Relatório de Faturamento, onde identificamos que as informações encontram-se em conformidade.

CUSTOS E DESPESAS

Contas	Saldo em 31.12.2024	Nota
CUSTOS	43.894.036,25	
CUSTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.982.180,11	a
SERVIÇOS PESSOAS JURIDICAS	13.346.036,51	b
MATERIAIS GASTOS NAS OPERAÇÕES	133.031,99	b
CUSTOS GERAIS	17.432.787,64	b
DESPESAS	39.250.767,04	
DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	17.532.921,62	a
SERVIÇOS PESSOA FÍSICA	436.804,22	a
SERVIÇOS PESSOA JURIDICA	14.763.107,04	b
DESPESAS COM MATERIAIS	140.244,63	b
DESPESAS GERAIS	7.910.197,39	b
RESULTADOS FINANCEIROS LIQUIDOS	(1.532.507,86)	b
Total	83.144.803,29	

Pontos identificados

- (a) Confrontamos os registros da Contabilidade x Folha de Pagamento x SEFIP/GFIP, por amostragem, onde não identificamos pontos mercedores de destaque;
- (b) As movimentações ocorridas nestas rubricas foram analisadas e confrontadas com as notas fiscais dos fornecedores x registros contábeis, onde não encontramos pontos mercedores de destaque;

Estamos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos, agradecemos a confiança com que nos distinguiu a Administração e enalteçemos a dedicação demonstrada pelos colaboradores da Companhia.

Atenciosamente,



www.audiplacauditoria.com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Companhia Docas do Ceará

Nesta

Prezados Senhores,

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Ceará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Ceará em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDIPLAC AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CNPJ: 41.396.359/0001-07 – CRC nº 282,

Av. Santos Dumont, 2122 – Aldeota, CEP: 60.150-161, Fortaleza-CE,

Fone/Fax : 3244.7709, Email: auditoria@audiplacauditoria.com.br



www.audiplacauditoria.com

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas



www.audiplacauditoria.com

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



www.audiplacauditoria.com

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 02 de abril de 2025.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9

Contador CRC - CE - 4.702/O-6
José Teixeira de Souza Filho

Contador CRC - CE - 10.338/O-2
Francisco Euclides Maia de Araujo